

<div>Associação Pró-Dança Inês Vieira Bogéa Diretora Executiva e Artística CPF 514.174.306-30</div> <div>Escritório de Contabilidade Dom Bosco S/S Ltda CRC 2SP 014.827/O-0 Flavia Roberta Mendes CRC 1SP 221.432/O-7</div> <div>Associação Pró-Dança Jose Galba de Aquino Superintendente Administrativo-Financeiro C.P.F. 119.835.403-82</div> <div>Comunicado Em atendimento aos princípios da legalidade e da publicidade constantes do artigo 37 da Constituição Federal, cominado</div>	<div>com o artigo 111 da Constituição Estadual e, ainda, em cumprimento ao disposto no artigo 44 da Lei Estadual 15.109 de 29-07-2013, apresentamos o relatório quadrimestral do Contrato de Gestão firmado com a Associação Pró-Dança - Organização Social de Cultura e esta Pasta, sob atuação na área de Fomento e Difusão de Produção Cultural.</div> <div>Relatório gerencial de receitas e despesas com detalhamento de execução orçamentária – Período 01-09-2014 a 30-11-2014 – 3º Quadrimestre – Exercício 2014 – Contrato de Gestão 38/2009 – Objeto – Fomento e operacionalização da gestão e execução, pela Associação Pró-Dança, das atividades e serviços na área da dança cênica, com enfoque na diversidade cultural paulista.</div> <div>Elaboração - Associação Pró-Dança. ASSOCIAÇÃO PRÓ-DANÇA C.N.P.J. 11.035.916/0001-01 Rua Três Rios, 363 - 1º andar / Bom Retiro - São Paulo - SP - CEP 01123-001</div>
--	---

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS - QUADRIMESTRAL Contrato de Gestão 38/2009					
	SET/2014	OUT/2014	NOV/2014	DEZ/2014	3º QUAD 2014
A- Demonstrativo das Receitas Realizadas	2.406.041,26	1.362.547,83	2.778.259,24	46.190,47	6.593.038,80
Repasso Público - Contrato de Gestão (*)	2.194.204,90	1.192.238,15	2.475.352,87	-	5.861.795,92
Receitas Próprias	63.945,00	84.175,45	151.550,55	25.165,70	324.836,70
Outras Receitas	21.782,21	24.155,36	104.632,28	478,89	151.048,74
Receitas Aplicações Financeiras	126.109,15	61.978,87	46.723,54	20.545,88	255.357,44
B- Demonstrativo das Despesas Realizadas	7.965.615,66	2.123.485,30	3.930.094,90	1.926.891,69	15.946.087,55
1 Recursos Humanos	467.250,86	939.356,70	1.171.823,48	4.502,41	2.582.933,45
1.1 CLT + Encargos	807.848,35	870.428,03	894.478,73	4.043,56	2.576.798,67
1.2 Outras despesas de pessoal	- 340.597,49	68.928,67	277.344,75	458,85	6.134,78
2 Produções Artísticas	101.262,65	109.890,93	1.071.537,42	-	1.282.691,00
2.1 Prestadores de Serviços - PJ / PF	67.141,67	60.878,95	683.760,44	-	811.781,06
2.2 Taxas, Impostos e Contribuições	12.886,15	2.257,82	308.285,58	-	323.429,55
2.3 Despesas Gerais / Viagens	21.234,83	46.754,16	79.491,40	-	147.480,39
3 Circulação	166.811,76	517.612,19	608.907,19	- 652,99	1.292.678,15
3.1 Prestadores de Serviços - PJ / PF	40.730,24	455.599,62	441.160,82	-	937.490,68
3.2 Taxas, Impostos e Contribuições	4.589,83	10.516,34	25.640,57	-	40.746,74
3.3 Despesas Gerais / Viagens	121.491,69	51.496,23	142.105,80	- 652,99	314.440,73
4 Educativo	27.394,70	30.518,89	67.185,58	-	125.099,17
4.1 Prestadores de Serviços - PJ / PF	21.030,56	18.180,86	55.292,58	-	94.504,00
4.2 Taxas, Impostos e Contribuições	-	-	-	-	-
4.3 Despesas Gerais / Viagens	6.364,14	12.338,03	11.893,00	-	30.595,17
5 Registro e Memória	8.746,77	142.933,84	120.371,98	11.000,00	283.052,59
5.1 Prestadores de Serviços - PJ / PF	8.746,77	140.294,12	100.532,08	11.000,00	260.572,97
5.2 Taxas, Impostos e Contribuições	-	-	-	-	-
5.3 Despesas Gerais / Viagens	-	2.639,72	19.839,90	-	22.479,62
6 Produção de Material	4.435,06	2.160,00	77.665,82	12.165,70	96.426,58
6.1 Produção de Material	4.435,06	2.160,00	77.665,82	12.165,70	96.426,58
7 Despesas Administrativas e Gerais	7.189.713,86	381.012,75	812.603,43	1.899.876,57	10.283.206,61
7.1 Concessionárias Serv. Público	11.728,54	18.174,70	10.651,44	18.163,32	58.718,00
7.2 Depreciação / Amortização	20.294,06	21.792,94	22.257,01	-	64.344,01
7.3 Prestadores de Serviços - PJ / PF	108.528,41	149.068,85	271.748,63	13.703,22	543.049,11
7.4 Despesas Gerais	7.049.162,85	191.976,26	507.946,35	1.868.010,03	9.617.095,49
C- Apuração Mensal (A - B)	- 5.559.574,40	- 760.937,47	- 1.151.835,66	- 1.880.701,22	- 9.353.048,75
D- Aquisições - Ativo Imobilizado	26.447,33	147.736,61	55.688,80	-	229.872,74
Instalações	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	3.198,00	-	37.600,00	-	40.798,00
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	4.094,00	115.608,21	18.088,80	-	137.791,01
Condicionadores de Ar	-	-	-	-	-
Equipamentos de Informática	14.800,90	26.478,00	-	-	41.278,90
Figurinos	-	-	-	-	-
Intangível	4.354,43	5.650,40	-	-	10.004,83
E- Apuração Mensal (C - D)	- 5.586.021,73	- 908.674,08	- 1.207.524,46	- 1.880.701,22	- 9.582.921,49

<div>Associação Pró-Dança Inês Vieira Bogéa Diretora Executiva e Artística CPF 514.174.306-30</div> <div>Escritório de Contabilidade Dom Bosco S/S Ltda CRC 2SP 014.827/O-0 Flavia Roberta Mendes CRC 1SP 221.432/O-7</div> <div>Associação Pró-Dança Jose Galba de Aquino Superintendente Administrativo-Financeiro C.P.F. 119.835.403-82</div>
--

UNIDADE DE FORMAÇÃO CULTURAL

Comunicado
Processo SC/155976/2013
Ref. Contrato de Gestão 08/2013.
Termo de Permissão de Uso de Imóvel Próprio da Fazenda do Estado de São Paulo, Situado no Município de São Paulo - SP.
Aos 23-01-2015, na Consultoria Jurídica da Secretaria da Cultura do Estado, órgão da Procuradoria Geral do Estado, localizada na Rua Mauá, 51, 1º andar, Capital, presente a Dra. Vera Wolff Bava Moreira, portadora do RG 11.926.239-3, Procuradora do Estado, representando a FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO, em conformidade com a Lei Complementar Estadual 478, de 18-06-1986 c.c. Resolução PGE 77, de 03-12-2010, e artigo 6º, I, do Decreto Estadual 47.011, de 20-08-2002, daqui por diante denominada simplesmente PERMITENTE, para este ato devidamente autorizada pelo artigo 10º, caput, do Decreto 43.493, de 29-09-1998, e em decorrência da cláusula Terceira, Item 3 do Contrato de Gestão 08/2013, compareceu a Organização Social POIESIS - Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura, inscrita no CNPJ/MF 00.894.851/0001-25, com sede na Rua Lubavitch, 64, Bom Retiro, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, neste ato representada por seu Diretor Executivo Dr. CLOVIS DE BARROS CARVALHO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade R.G. 3.299.751-6 e CPF 040.331.918-87, daqui por diante denominada simplesmente PERMISSONÁRIA, e presentes ainda as testemunhas no final assinadas.
Pela PERMITENTE, ante os presentes, foi dito:
Primeiro: que é proprietária do imóvel que abriga a Oficina Cultural Oswald de Andrade, localizado na Rua Três Rios, 363 - Bom Retiro, na cidade de São Paulo. O referido imóvel possui terreno de 6.237 m² (seis mil e duzentos e trinta e sete metros quadrados) de área construída, conforme informação PGE, do processo PPI-92.417/84 1º e 2º volumes e AP-05/85 do PPI-92.417/84.
Segundo: que tendo em vista a autorização governamental retromencionada, a PERMITENTE permite, como de fato permitido tem, à PERMISSONÁRIA, o uso desse imóvel e respectiva edificação, para o desenvolvimento de atividades previstas no Contrato de Gestão 08/2013, ao qual o presente instrumento encontra-se vinculado, ficando a PERMISSONÁRIA, desde já, autorizada a ocupá-lo e usá-lo inclusive como sua sede, desde

que as atividades ali desenvolvidas circunscrevam-se aos objetivos do referido Contrato de Gestão.
Terceiro: São obrigações da PERMISSONÁRIA:
I - Utilizar o imóvel e equipamentos, exclusivamente para o fim especificado, no contrato de gestão 08/2013, para a realização das atividades destinadas a obtenção de parcerias institucionais e/ou receitas operacionais para complementar ou ampliar os resultados previstos no referido contrato de gestão, de acordo com as definições e condições específicas neste termo, sendo vedado o seu uso de forma diversa ou para qualquer outra finalidade, não podendo cedê-lo ou transferi-lo no todo ou em parte a terceiro, exceto quando prévia e expressamente autorizado pela PERMITENTE, por intermédio da Secretaria de Estado da Cultura, nos termos da legislação em vigor;
II - Zelar pela segurança, limpeza e conservação do mencionado imóvel e seus equipamentos, providenciando prontamente os serviços de manutenção e conservação predial preventiva e corretiva e de salvaguarda que se tornarem necessários, e estruturando as rotinas de manutenção e segurança por meio dos planos de: a) Manutenção Predial e Conservação Preventiva e b) Segurança Salvaguarda e Contingência, a serem apresentados na celebração do Contrato de Gestão;
III - Elaborar o Manual de Normas e Procedimentos de Segurança e realizar capacitações periódicas de suas normas e procedimentos de segurança com todos os funcionários e terceirizados, bem como realizar no mínimo um simulado e uma atividade prática voltada a atuação em caso de incêndios e acidentes com funcionários, colaboradores e usuários por ano;
IV - Seguir o procedimento definido na Deliberação SC-01, de 06-08-2011, no caso de obras e reformas de ampliação, adequação, restauro ou construção;
V - Obter a devida autorização formal do órgão responsável pelo tombamento acima citados e de todas instâncias do Poder Público previstas na legislação antes de promover quaisquer modificações nos bens imóveis, inclusive instalações elétricas e hidráulicas;
VI - Impedir que terceiros se aposssem dos bens móveis referidos, relacionados no Processo SC - nº [citar nº] acima, dando conhecimento à PERMITENTE, de qualquer fato ou ação que ocorrer neste sentido, ou mesmo de penhora que venha a recair sobre esses bens;
VII- Responder, perante terceiros, por eventuais danos, de qualquer natureza, e cumprir todas as exigências dos poderes

públicos a que der causa, em decorrência de suas atividades no imóvel;
VIII - Garantir aos prepostos da Secretaria da Cultura, devidamente credenciados, o acesso a todas as dependências e instalações para inspeção rotineira ou extraordinária, bem como fiscalização e avaliação do cumprimento das obrigações impostas neste Termo;
IX - Pagar as despesas decorrentes do consumo de água, gás, energia elétrica, telefonia, internet, vigilância, segurança, limpeza e conservação predial;
X - Arcar com todos os impostos e taxas que eventualmente venham a incidir sobre o imóvel em questão, proporcionalmente à sua ocupação;
XI - Apresentar anualmente, junto ao relatório anual de atividades e de prestação de contas, a relação de todos os pagamentos efetuados referentes ao exercício anterior, relativos aos itens IX e X acima, cujos respectivos comprovantes deverão permanecer guardados pelo prazo legal no arquivo da PERMISSONÁRIA, à disposição da PERMITENTE e dos órgãos fiscalizadores;
XII - Manter vigente e regular o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros e envidar todos os esforços no sentido de manter regular e vigente o alvará de funcionamento do imóvel;
XIII - Encaminhar à PERMITENTE cópia dos projetos básicos, executivos e complementares das intervenções realizadas; cópia das autorizações municipais, do Corpo de Bombeiros e dos órgãos de tombamento, quando for o caso, bem como cópia dos memoriais descritivos e atualizações cadastrais efetuadas;
XIV - Apresentar semestralmente, com o relatório de atividades do 2o trimestre e com o relatório anual de atividades, o descritivo das ações de manutenção predial e conservação preventiva; das ações de incremento da segurança, incluindo capacitações internas; das obras civis e ações de regularização do imóvel realizadas no período.
Quarto: Que, com vistas a complementar e ampliar os recursos e parcerias para a execução do Contrato de Gestão, a PERMISSONÁRIA fica autorizada a realizar no imóvel permitido ao uso:
I - cessão gratuita ou onerosa de espaços para realização de eventos gratuitos ou onerosos, devendo especificar as condições, critérios e espaços para essas cessões no plano de ação previsto no item 23 da Cláusula Segunda do Contrato de Gestão;
II - instalação e manutenção de: lanchonete, café, restaurante, estacionamento, loja de suvenires e livraria, que poderão ser geridos diretamente pela PERMISSONÁRIA ou por meio de contratação de terceiros, nos termos de seu regulamento de compras e contratações, a ser comunicada à PERMITENTE.
Parágrafo Único: A PERMISSONÁRIA deverá informar trimestralmente o número de eventos gratuitos e onerosos realizados, bem como indicar a receita obtida a partir da utilização dos espaços de acordo com os itens I e II acima.
Quinto que o descumprimento, pela PERMISSONÁRIA, de quaisquer das obrigações impostas neste Termo ou de exigências constantes da legislação pertinente acarretará a revogação de pleno direito da presente Permissão, bem como do mencionado Contrato de Gestão, independentemente de interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, sem ressarcimento de qualquer natureza, podendo ser aplicadas à PERMISSONÁRIA as sanções previstas nos incisos I e II do artigo 87, da Lei Federal 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.
Sexto: que a presente Permissão de Uso é concedida pelo mesmo prazo do referido Contrato de Gestão, inclusive eventuais prorrogações.
Sétimo: que, extinto o Contrato de Gestão 08/2013 ou a presente Permissão, as benfeitorias de qualquer natureza e as reformas realizadas no imóvel permanecerão a ele incorporadas, passando a integrar o patrimônio do titular do domínio do imóvel, sem ressarcimento.
Oitavo: que, nos casos omissos, a Permissão de Uso poderá ser revogada por aplicação das disposições da Lei Federal 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.
Nono: que a não restituição imediata do(s) bem(ns) a que se refere esta Permissão, ao término do prazo ou de sua eventual prorrogação, caracterizará esbulho possessório e ensinará sua retomada pela forma cabível, inclusive ação de reintegração de posse com direito a medida liminar.
Décimo: que no caso de a PERMITENTE ser compelida a recorrer a medidas judiciais para recuperação de seus bens, ficará a PERMISSONÁRIA obrigada ao pagamento de multa diária no valor de R\$ 1500,00, que incidirá desde a data de caracterização do esbulho até a data em que a PERMITENTE se reintegrar na posse dos referidos bens, sem prejuízo de outras cominações legais e instrumentais, custos e honorários advocatícios, estes fixados em 20% sobre o valor da causa.
Décimo Primeiro: que fica eleito o foro da Fazenda Pública, na Comarca da Capital, para dirimir qualquer pendência originária da presente Permissão.
Pela PERMISSONÁRIA, por seu representante, foi dito que aceitavam esta Permissão de Uso em todos os seus termos, cláusulas e condições.
De como assim o disseram, foi lavrado o presente Termo, em 04 (quatro) vias de igual teor, as quais, depois de lidas e consideradas em conforme, são assinadas pelas partes e pelas testemunhas abaixo qualificadas.
São Paulo, 23-01-2015.